

Despacho (extracto) n.º 15 027/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 31 de Março de 2005, com a anuência do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação, de 6 de Maio de 2005:

Manuela de Almeida Lopez Crespo, escritvã-adjunta da Direcção-Geral de Administração da Justiça, a exercer funções de apoio no Gabinete do Primeiro-Ministro — autorizada a renovação de destacamento ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 45/92, de 4 de Abril, com efeitos reportados a 12 de Março de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Junho de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Despacho n.º 15 028/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 27 de Junho de 2005:

Maria Alice Antunes Figueira Botão, assessora do quadro de pessoal da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres — nomeada, precedendo concurso, assessora principal do mesmo quadro e exonerada da actual categoria com efeitos à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Junho de 2005. — A Vice-Presidente, *Ana Palmira Antunes de Almeida*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Despacho conjunto n.º 451/2005. — 1 — Considerando a proposta do conselho supremo da Cruz Vermelha Portuguesa, é nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Estatuto da Cruz Vermelha Portuguesa, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 10/93, de 27 de Abril, para o cargo de presidente nacional da Cruz Vermelha Portuguesa o Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

23 de Junho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho conjunto n.º 452/2005. — Considerando a necessidade de imprimir à gestão da Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho uma nova dinâmica tendente a executar as políticas de desenvolvimento rural que o XVII Governo Constitucional estabeleceu no seu Programa, aliadas às políticas comunitárias que estão previstas ser prosseguidas no novo quadro comunitário de apoio, bem como a reestruturação necessária dos serviços regionais por forma a torná-los mais eficazes e capazes de dar resposta aos agricultores ao serviço dos quais devem estar em permanente disponibilidade, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dá-se por finda a comissão de serviço do director regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho, licenciado em economia Adelino Carlos Vilela Pereira Portela, com efeitos a 22 de Junho de 2005.

21 de Junho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho conjunto n.º 453/2005. — Considerando a necessidade de imprimir à gestão da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral uma nova dinâmica tendente a executar as políticas de desenvolvimento rural que o XVII Governo Constitucional estabeleceu no seu Programa, aliadas às políticas comunitárias que estão previstas ser prosseguidas no novo quadro comunitário de apoio, bem como a reestruturação necessária dos serviços regionais por forma

a torná-los mais eficazes e capazes de dar resposta aos agricultores ao serviço dos quais devem estar em permanente disponibilidade, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dá-se por finda a comissão de serviço do director regional da Beira Litoral, licenciado em Agronomia Leonel Vieira Amorim, com efeitos a 22 de Junho de 2005.

21 de Junho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho conjunto n.º 454/2005. — Considerando a necessidade de imprimir à gestão da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste uma nova dinâmica tendente a executar as políticas de desenvolvimento rural que o XVII Governo Constitucional estabeleceu no seu Programa aliadas às políticas comunitárias que estão previstas ser prosseguidas no novo quadro comunitário de apoio, bem como a reestruturação necessária dos serviços regionais por forma a torná-los mais eficazes e capazes de dar resposta aos agricultores ao serviço dos quais devem estar em permanente disponibilidade, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dá-se por finda a comissão de serviço do director regional de agricultura do Ribatejo e Oeste, licenciado em Agronomia Fernando Augusto Madureira, com efeitos a 22 de Junho de 2005.

21 de Junho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho conjunto n.º 455/2005. — Considerando a necessidade de imprimir à gestão da Direcção Regional de Agricultura do Algarve uma nova dinâmica tendente a executar as políticas de desenvolvimento rural que o XVII Governo Constitucional estabeleceu no seu Programa aliadas às políticas comunitárias que estão previstas ser prosseguidas no novo quadro comunitário de apoio, bem como a reestruturação necessária dos serviços regionais por forma a torná-los mais eficazes e capazes de dar resposta aos agricultores ao serviço dos quais devem estar em permanente disponibilidade, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dá-se por finda a comissão de serviço do director regional de agricultura do Algarve, licenciado em Finanças José António Gago de Paula Brito, com efeitos a 22 de Junho de 2005.

21 de Junho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho conjunto n.º 456/2005. — Nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dá-se por finda, a seu pedido, a vigência da comissão de serviço do director regional de agricultura de Trás-os-Montes o doutor em Engenharia Agrícola Fernando Manuel Coelho Franco Martins, com efeitos a 22 de Junho de 2005.

21 de Junho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho conjunto n.º 457/2005. — Nos termos dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado para exercer em comissão de serviço, por três anos, o cargo de director regional de Agricultura de Trás-os-Montes, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Lei n.ºs 246/2002, de 8 de Novembro, e 80/2004, de 10 de Abril, e pela Declaração de Rectificação n.º 38/2004, de 13 de Maio, o mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 23 de Junho de 2005.

22 de Junho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Curriculum vitae

Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, nascido em Benguela, Angola, em 21 de Maio de 1955 e residente na Avenida do Sabor, 222, 5300-111 Bragança.

Licenciado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, Departamento de Arquitectura, em 1981.

Pós-graduado em Urban Planning and Policy Development, na Rutgers, the State University of New Jersey, em 1991-1992.

Conclusão da componente curricular do mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, na Universidade Nova de Lisboa, em 2002-2003.

Efectuou os cursos «As comunidades locais e o ambiente», British Council, no Capel Manor Horticultural and Environmental Center, e «Formação de formadores em gestão de áreas protegidas», United States National Park Service, EUA, o seminário GRID de desenvolvimento gerencial, H. M. Albright Training Center, Grand Canyon N. Park, Estados Unidos, o curso de inglês para estudantes estrangeiros, CELOP, Universidade de Boston, o seminário «Desenvolvimento regional integrado», Universidade do Tennessee, Knoxville, o seminário «Políticas de desenvolvimento regional e urbano», Universidade de Minnesota, e o curso de comitologia no processo político, IEAP, Maastricht.

Experiência profissional mais relevante: arquitecto em regime de profissional liberal, na região de Bragança, entre 1981 e 1993, inicia a colaboração com o SNPRCN em 1983, ingressa nos quadros do SNPRCN, em 1986, com a categoria de técnico superior de 2.ª, afecto ao Parque Natural de Montesinho, professor convidado da cadeira de Parques e Conservação da Natureza, em 1993, na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, director do Parque Natural de Montesinho, entre 1993 e 1998, preside, entre 1994 e 1998, à Associação de Desenvolvimento Local MONTECOR integrada na política de envolvimento e participação das populações na gestão do Parque Natural de Montesinho, membro da direcção da CORANE, Associação de Desenvolvimento Local dos Concelhos da Raia Nordeste, entre 1996 e 1998, representante do Ministério do Ambiente na Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano entre 1993 e 1998, representante do Ministério do Ambiente nas Comissões Regionais Agrária e Venatória, entre 1996 e 1998, coordenador dos formandos do programa EUROFORM do Telecentro Rural de Bragança, em 1996, formador no curso de Verão da Universidade Complutense «Cooperação transfronteiriça, o desenvolvimento local e rural», em Zamora, 1995.

Presidente do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), entre 5 de Janeiro de 1998 e 30 de Agosto de 2002. No âmbito destas funções, desenvolveu um conjunto de acções, das quais se destacam: representante do Ministério do Ambiente na 4.ª Conferência Ministerial «Ambiente para a Europa», em Arhus, Dinamarca, 1998; conclusão da classificação da 2.ª fase da Rede Natura 2000; classificação das ZPE da Directiva Aves; representante do Ministério do Ambiente na Comissão de Acompanhamento do Convénio entre as Pescas e o Ambiente; transposição para o direito interno das Directivas Aves e Habitats; presidência da comissão organizadora do 4.º Congresso Nacional de Áreas Protegidas, Maio de 1999; representante do Ministério do Ambiente no grupo *ad hoc* para o Protocolo da Biossegurança, em Cartagena, Colômbia, 1999; presidência da comissão organizadora do 2.º Congresso Nacional de Conservação da Natureza, Outubro de 2001; representante de Portugal no Centro Europeu de Conservação da Natureza, ECNC, entre 1998 e 2002; criação de sete novas áreas protegidas; criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza; presidência portuguesa da União Europeia, 2000, ao nível da Convenção da Biodiversidade; presidência da comissão da Reserva Ecológica Nacional; coordenador do grupo de trabalho para a redacção da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Presidência da comissão de coordenação interministerial da Convenção da Biodiversidade.

Em Setembro de 2002, solicitou a passagem à situação de licença sem vencimento, iniciando a sua actividade de assessoria e auditoria ambiental em diversos planos e projectos, nas áreas do ordenamento do território, ambiente e ecoturismo, em Portugal, Moçambique e na Guiné-Bissau. Desde Abril de 2003 que vem desempenhando funções de assessoria à Secretaria Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente na criação do quadro regulamentar para a reclassificação das áreas protegidas dos Açores, na preparação dos diplomas de reclassificação das áreas protegidas regionais e na coordenação da elaboração do plano sectorial da Rede Natura 2000 para a Região Autónoma dos Açores.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 15 029/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Junho de 2005:

Carla Alexandra Alves da Costa Pereira e Maria de Fátima Pereira Domingos Afonso, técnicas superiores de 1.ª classe — nomeadas, precedendo concurso, para a categoria de técnica superior principal

da carreira de jurista, da área funcional de consultadoria jurídica, contencioso na área de actividade de segurança privada, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. Foram cumpridas as formalidades e imperativos legais constantes do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

23 de Junho de 2005. — O Secretário-Geral, *Fortunato de Almeida*.

Despacho n.º 15 030/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Junho de 2005:

José Duarte Bragança, técnico profissional de 1.ª classe — nomeado, precedendo concurso, para a categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional de relações públicas, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

Foram cumpridas as formalidades e imperativos legais constantes do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio.

23 de Junho de 2005. — O Secretário-Geral, *Fortunato de Almeida*.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 15 031/2005 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral de Viação de 10 de Maio de 2005, no uso de poderes delegados no despacho n.º 20 333/2003, de 23 de Outubro:

Cristina Maria Souteiro Gama, técnica de 2.ª classe da carreira técnica do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação — reclassificada na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro com efeitos a 10 de Maio de 2005, nos termos da alínea *d*) do artigo 4.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Junho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 15 032/2005 (2.ª série). — Por despachos do subdirector-geral de Viação, no uso de competências delegadas no despacho n.º 20 333/2003, e do secretário-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, respectivamente de 29 de Maio e de 6 de Junho de 2005:

Maria de Fátima Sena Henriques, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional — transferida para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, considerando-se exonerada do seu anterior lugar. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Junho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 15 033/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 1 de Junho de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, e na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

António Domingos Fernandes Alves da Costa, Paula Cristina Sant'Ana Damil e João Manuel Pontes Alexandre — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores principais da carreira de engenheiro.

Estas nomeações produzem efeitos retroactivos a 1 de Junho de 2005 por nesta data já existirem os pressupostos justificativos da retroactividade. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Junho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 15 034/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 2 de Junho de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, e na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Victor Manuel Teixeira Fernandes e Carla Joana Ferreira Montenegro de Andrade Maceirinha — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores de 1.ª classe da carreira de engenheiro.

Estas nomeações produzem efeitos retroactivos a 2 de Junho de 2005, por nesta data já existirem os pressupostos justificativos da retroactividade. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Junho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.